

A REVOLTA MENDES NORTON DE 1935

LUÍS MIGUEL PULIDO GARCIA CARDOSO DE MENEZES

INTRODUÇÃO

Manuel Peixoto Martins Mendes Norton (1875-1967), natural de Viana do Castelo, teve um percurso militar - profissional brilhante, com provas dadas. Foi o caso da organização do serviço de socorro ao naufrágio do paquete inglês “Veronese” (1913); o grande impulso que deu à obra de farolagem, deixando a costa portuguesa de chamar-se a “costa negra” (1918-1929); a participação e colaboração na revolta monárquica de Monsanto (1919) e na revolução de 28-5-1926; a organização da Conferência Internacional de Farolagem em Lisboa (1930), etc. etc.

Activista político empenhado, foi o principal chefe operacional das revoltas de 20-5-1935 e da revolta «Mendes Norton» de 10-9-1935, esta última considerada por Medeiros Ferreira, uma das mais importantes revoltas militares entre 1933-1961, que ousaram agitar o Estado Novo.

Foi também, uma das figuras de maior relevo do governo dos generais António Óscar Fragoso Carmona-Sinel Cordes (de 9-7-1926 a 18-4-1928), e a este propósito George Guyomard, considerava Mendes Norton, então Capitão de Fragata, um dos quatro homens que detinham o verdadeiro poder político em Portugal.

Até 1934, Mendes Norton está com o regime, tendo aliás sido amiúde nomeado para diversos cargos e comissões de serviço; a partir de então e à medida que se acentua o autoritarismo político, demarca-se da situação e revela-se um opositor feroz ao regime de Oliveira Salazar, tendo sido consequentemente exonerado dos inúmeros cargos e comissões que detinha, bem como lhe foi negado o requerimento em que pedia para fazer o tirocínio para o posto de Contra-Almirante.



A revolta «Mendes Norton» de 1935, fracassa para os respectivos protagonistas e particularmente para o núcleo liderado pelo Comandante Mendes Norton, uma vez que o assalto ao navio “Bartolomeu Dias”, acaba por ser descoberto antecipadamente. Este malogro, deveu-se também à falta de coordenação entre as diversas unidades militares de acção, visto não terem sido emitidos os respectivos sinais do quartel da Penha de França, para se dar início ao movimento.

Embora tenha sido afastado e demitido da Armada, continuou a receber o ordenado integral na caixa do correio, até a sua reintegração em 1951. Entre outras hipóteses para o pagamento desta remuneração, suspeita-se poderem ser outros implicados nesta revolta ou alguns contra-almirantes, que haviam dado o seu apoio a este movimento ou o próprio Estado, devido aos relevantes serviços políticos, diplomáticos, militares, humanitários e técnicos por ele prestados ao País..

Quando do seu julgamento no Tribunal Militar de Santa Clara em 20-11-1935, foram por sua vontade dispensadas as testemunhas de defesa e contestou em nome próprio as acusações de que era alvo, tendo assumido inteira responsabilidade pelos actos praticados. Fê-lo, explicitando e reforçando a convicção própria de estar a prestar um serviço à Pátria «*libertando-a de uma situação que refutava grave e humilhante para o povo português*», aos quais eram vedadas as liberdades políticas e individuais (de expressão e de associação).

É este o homem, que foi condenado a oito anos de degredo em Cabo Verde e perda de direitos políticos por dez anos.

Pelos princípios, integridade humana, coerência, força de espírito e convicção, que o levaram a não desistir dos seus ideais, propósitos e lutas, deve ser englobado naquele grupo minoritário de indivíduos, a quem se deve algo pelo avanço do País e conquista de futuras liberdades.

O presente artigo que se apresenta, constitui parte da dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, de que prestei provas públicas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 5 de Julho de 2005.

Manuel Peixoto
Martins Mendes
Norton, Capitão
de Mar-e-Guerra
(1875-1967)

I - A ACTIVIDADE PROFISSIONAL E PERCURSO POLÍTICO

Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, nasce em S.^{ta} Maria Maior, Viana do Castelo a 9-4-1875. Antes de se alistar na Marinha, frequentou o liceu daquela cidade até 17-10-1890. Já na Marinha, assenta praça como Aspirante de 2^a classe a 7-11-1890. Por portaria de 9-11-1935, foi demitido da Armada a contar de 4-11-1935, por ter na manhã de 10 de Setembro do dito ano, entrado abusivamente a bordo do aviso de 1^a classe “Bartolomeu Dias” e assumido o seu comando, depois de ter preso o oficial de serviço, o 2^o Tenente Virgílio Ferreira Ribeiro e imposto sob coacção, a sua autoridade às restantes praças presentes a bordo, com o fim de atentar contra o governo constituído e por ter sido julgado incurso no artigo 30^o do decreto n.º 23203 de 6-11-1933. Por decreto-lei n.º 38267 de 26-5-1951, e de harmonia com o disposto na alínea 4^a do § 1^o do artigo 6^o e no artigo 8^o do mesmo decreto, era reintegrado na reforma no posto de Capitão de Mar-e-Guerra.¹

Em 18-1-1913, quando do naufrágio e encalhe do paquete inglês Veronese em condições extremamente adversas (ocorrido em 16 desse mês), um pouco a norte do porto de Leixões, em frente da ermida da Boa Nova com 229 pessoas a bordo, consegue como comandante do Bérrio, organizar por tal forma os serviços de socorro, que foram salvos 102 náufragos, tendo apenas perecido 38 pessoas.²

Por despacho ministerial de 8-6-1919, foi-lhe aplicada a pena de inactividade de um ano, com 50 % do vencimento do soldo, baseada no decreto n.º 5638 de 8-4-1919, por estar supostamente envolvido e ter tomado parte activa na revolta Monárquica de Monsanto de 22-1-1919. Por acórdão do Conselho de Ministros de 25-6-1919, foi reintegrado no seu lugar e sem culpa, em vista dos documentos e provas apresentadas, no respectivo recurso do despacho ministerial de 8-4-1919.³

¹ cf. AMDN / Arquivo do Ministério da Defesa Nacional - Marinha: Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Central, Processo Individual, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, Caixa 760; AMDN, Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, Letra M, Ordem da Armada n.º 21, 1935, pp.1053-1056; Ordem da Armada n.º 15, 1951, pp. 391-392.

² cf. Horácio Marçal - Os Naufrágios mais calamitosos, ocorridos no litoral do concelho de Matosinhos e suas proximidades, Separata do Boletim da Biblioteca Municipal de Matosinhos, n.º 21, 1974, pp. 5, 7-9, 14, 15-18.

³ cf. Damião Peres - História de Portugal, Barcelos: Editorial de Portucalense Editora Lda, 1928-1944, Suplemento, pp. 209-214; Joaquim Veríssimo Serrão - História de Portugal, vol. XI, Lisboa: Verbo, 1989, pp. 224-225; jornal O Século 26-1-1919, p. 2; A. H. Oliveira Marques - História de Portugal, Volume III, Lisboa: Palas Editores, 1981, pp. 245-248; AMDN, Ordem da Armada n.º 11, B, 1919, pp. 516-518; Decreto-Lei n.º 5368 de 8-4-1919 - Diário do Governo, I^a Série, n.º 73 de 9-4-1919, pp. 597-599; AMDN, Ordem da Armada n.º 12, B, 1919, pp. 575-576.

Após a carta de farolagem de Schultz Xavier, foi ele como Chefe de Serviço e Director da Direcção de Faróis (1918-1929), que deu grande impulso a esta obra deixando a costa portuguesa de ser considerada a «costa negra» ou a «costa muda», como costumava ser chamada.

Sob a direcção de Mendes Norton (1918-1929), são construídos e inaugurados 8 faróis: o da Ribeirinha, na ilha do Faial, Açores (em 1919); o da ponta de Alfanzina, então cabo Carvoeiro, Lagoa (em 1920); o da ponta do Pargo, na ilha da Madeira (em 1922); o de Vila Real de Santo António, na margem direita do rio Guadiana (em 1923); o do Albarnaz, na ilha das Flores, Açores (em 1924); o da ponta do Topo em S. Jorge, Açores (em 1927); o da ponta do Castelo ou Gonçalo Velho em Santa Maria, Açores (em 1927); e o de Leça, na Boa Nova, próximo da povoação de Leça da Palmeira, cerca de uma milha e $\frac{1}{4}$ ao norte do porto de Leixões (em 1927), sendo este o último farol a ser construído no continente português. O esforço de Mendes Norton, manteve-se também na construção e inauguração de 15 farolins (com alcance luminoso inferior a 15 milhas) e no melhoramento de 6 faróis e 32 farolins.

Entre 1761 e 1907, foram construídos no continente e ilhas adjacentes 21 faróis e entre 1908 e 1927, foram construídos por Schultz Xavier e Mendes Norton 16 faróis, num total de 37 faróis. Para toda esta situação de estagnação, contribuíram as sucessivas mudanças da administração dos serviços de faróis para diversos departamentos, instabilidade que se manterá até à sua transferência definitiva para o Ministério da Marinha: até então havia estado na Junta do Comércio, Inspecção-Geral das Alfândegas, Ministério das Obras Públicas, da Fazenda, Correios e Telégrafos, etc.⁴

Em 28-5-1926, o General Gomes da Costa, um dos mais prestigiados heróis da guerra, acompanhado do Major Joaquim Mendes Norton, nomeado Chefe do seu Estado Maior, revoltou-se em Braga, sublevando o regimento de Infantaria n.º 8, onde se instalou sem qualquer resistência e inicia desde então uma marcha sobre Lisboa. Logo após a vitória do movimento do 28 de Maio, e segundo Leopoldo

⁴ cf. João Francisco Vilhena - Faróis de Portugal, Lisboa, Gradiva, 1995, pp. 29-38; Anais da Marinha. A Marinha. Ano IV. Tomo IV. Número Especial, Dezembro 1942 - Cap. IX: Faróis. Faróis do Continente, Lisboa, Oficinas da União Gráfica, 1943, pp. 180-181; A Marinha nos últimos 40 anos, Lisboa: Ministério da Marinha, 1966, p. 232; Lista de Faróis, bóias luminosas, sinais de nevoeiro e sinais horários e de mau tempo, estações radiotelegráficas, electro-semafóricas e de socorros a náufragos, existentes na costa de Portugal, nos arquipélagos dos Açores e Madeira e nas colónias da Direcção de Faróis, Lisboa: Imprensa da Armada, 1929, pp.14-81; Leis e Disposições Regulamentares da Armada do Ano de 1924, Lisboa: Imprensa Nacional, 1926, pp. 404 e 451; Leis e Disposições Regulamentares da Armada do ano de 1926, Lisboa: Imprensa da Armada, 1929, pp.1035-1037.

Nunes, nascem profundas divergências e surgem três correntes: a 1ª que corresponde à facção do General Manuel Gomes da Costa, ligado ao partido Radical, que oscilava entre os republicanos radicais de esquerda e os integralistas; a 2ª que corresponde à facção do Almirante José Mendes Cabeçadas, que participara na revolução do 5 de Outubro de 1910 e estava ligado à União Liberal de Cunha Leal, do sector da direita republicana, que apostara no golpe para se substituir aos Democráticos na gestão do Estado republicano; e a 3ª que corresponde à facção que é discretamente liderada pelo General João José Sinel Cordes e tem como operacional, o Tenente-Coronel Raul Esteves, que pretendia manter o espírito inicial da Revolução, sendo o sector mais puramente militar da intentona. Este grupo é apoiado pelo geral das forças conservadoras, dos interesses económicos e da hierarquia militar, que nele tende a reconhecer-se. Encara com a maior desconfiança os partidos e os políticos, pretende iniciar a «regeneração nacional» e tem um forte respeito pela forma republicana do Estado. Venceu esta terceira facção, que controla efectivamente os governos e as chefias das Forças Armadas, entre o Verão de 1926 e Janeiro de 1930. Entre os seus elementos, contam-se a maioria da elite militar, como sejam: o General Sinel Cordes (Ministro das Finanças 1926-28), o General António Óscar Fragoso Carmona (Presidente do Ministério entre 1926-28 e Presidente da República desde 1926), os Generais Vicente de Freitas e Ivens Ferraz (Presidentes do Ministério e titulares de outras pastas de Abril de 1927 a Janeiro de 1930), os Tenentes-Coronéis Abílio Passos e Sousa (Vice Presidente do Ministério em 1927 e titular da pasta da Guerra em 1926-27), Raul Esteves, Júlio de Moraes Sarmiento (Ministro da Guerra), Farinha Beirão (Comandante da GNR), os comandantes Jaime Afreixo, Manuel Carlos Quintão Meireles e Jaime Monteiro (titulares da pasta da Marinha e dos Negócios Estrangeiros entre 1926-27), Capitão-de-Fragata, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, Coronel Mouzinho de Albuquerque, Major Costa Ferreira (Ministro da Instrução em 1929), etc.

Mendes Norton, pertencente ao bloco conservador, colabora intensamente na revolução de 28-5-1926, sendo o Comandante-Chefe das Forças Navais estacionadas no Tejo.

Paralelamente, participa ainda nas reuniões do Entroncamento de 2 a 3-6-1926, entre partidários do General Gomes da Costa (onde participou seu irmão, Joaquim Mendes Norton, Chefe do Estado Maior revolucionário), integralistas (representados por Fernando de Souza, Director do Jornal a Voz), monárquicos constitucionais (partidários do

Rei D. Manuel II e representados por Ayres de Ornelas) e sinelistas (partidários do General Sinel Cordes, onde o Comandante Mendes Norton se integrava), que procuram obter vantagens políticas na formação e constituição do novo governo. Nestas reuniões, os oficiais não se mostravam optimistas acerca da solução governamental e o Exército mantinha o ponto de vista inicial de não querer fazer política. Alguns oficiais diziam ainda, que Mendes Cabeçadas não se desligara ainda de certos elementos políticos, que procuravam aproveitar a situação em seu benefício. Logo na manhã de 2 de Junho, realizou-se uma demorada conferência, onde se assentou em fazer avançar sobre Lisboa apenas algumas divisões, combinando-se o plano do cerco; noutra, combinou-se a formação de um directório militar que assumisse as funções do poder executivo, do qual fariam parte os Generais Gomes da Costa, António Óscar Fragoso Carmona, Sinel Cordes e o Comandante Mendes Cabeçadas.⁵

No entanto, com a queda do General Gomes da Costa e a tomada de poder do novo governo presidido pelo General Carmona a 9-7-1926, foi decidido substituir o Doutor Martinho Nobre de Melo, no ministério dos Negócios Estrangeiros, por António Maria Bettencourt Rodrigues. Logo de seguida, o governo deliberou na partida do novo embaixador para Londres, o General Tomás António Garcia Rosado (1864-1937), Governador General de Moçambique (1902-1905) e um dos chefes do Corpo Expedicionário Português na Flandres (1914-1918), etc., em substituição do General Norton de Matos, para o qual havia sido nomeado anteriormente a 20 de Junho do referido ano.

A 10 de Julho, o General Garcia Rosado, dirigia-se a Paris, com os membros da nova comissão encarregada de negociar em Londres, a liquidação de guerra de Portugal à Grã-Bretanha.

Toda esta situação levou a que o governo britânico, colocasse reservas à nomeação do novo embaixador de Portugal, dilatando a aceitação das credenciais, o que implicou o não reconhecimento do executivo do General Carmona, situação para a qual deve ter contribuído os meios ingleses ainda afectos ao General Norton de Matos. Nestas difíceis circunstâncias, recebe o Rei D. Manuel II no dia 31 de Julho, uma mensagem do governo português e do General Carmona, atra-

⁵ cf. Anais da Revolução Nacional, 1º Vol, Barcelos: Editora do Minho, 1948, pp.19-22, 169, 235 e 239; Damião Peres, op.cit., p. 420; José Mattoso, dir. - História de Portugal. Vol.VII: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa: Circulo de Leitores, 1994, pp. 155-158, 161 e George Guyomard - La Dictature Militaire au Portugal: Impressions d'un français retour de Lisbonne, Paris: Les Presses Universitaires de France, 1927, p. 32; Diário de Lisboa 2-6-1926, p. 4, Época 3-6-1926, p. 2.



Interior da corveta D. Estefânia em Leixões (1908): Ao centro o rei D. Manuel II de Portugal (1889-1932); à esquerda deste Francisco Ferreira do Amaral, Presidente do Conselho (1843-1923); à direita do monarca, Júlio José Marques da Costa, Chefe do Departamento Marítimo do Norte e a seguir a este, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, então 1º Tenente da Armada e 2º Comandante da Escola de Alunos Marinheiros do Porto (1875-1967); além destes temos o comandante do navio, José da Cunha Lima e outros oficiais da guarnição.

vés do Capitão-de-Fragata, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, seu conhecido e por quem tinha simpatia e consideração, que se havia deslocado propositadamente a Londres, para solicitar os seus bons ofícios e pedir a sua intervenção e influência junto do Foreign Office. No entanto, esta tarefa mostrava-se difícil, pois o gabinete britânico encontrava-se de férias e porque o Rei Jorge V, apenas a 9 de Agosto regressaria a Londres. Usando o seu prestígio junto da Corte britânica, conseguiu D. Manuel II, a garantia do reconhecimento do novo ministério e do novo embaixador português, o General Garcia Rosado. O próprio monarca inglês, telegrafou-lhe a anunciar que na manhã de 10 de Agosto, receberia as novas credenciais do general Garcia Rosado, no Palácio de Buckingham.

Ficava então a Ditadura em dívida para com Mendes Norton, que com a sua deslocação a Londres, obteve o apoio diplomático de D. Manuel II, e assim o reconhecimento do novo regime e do embaixador, general Garcia Rosado.⁶

⁶ cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XII, Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, p.168; José Norton - Norton de Matos: Biografia, Lisboa: Bertrand Editora, 2001, pp. 309-312; jornal Diário de Notícias 12-8-1926, p.1; jornal O Século 12-8-1926, p. 1; Diário de Lisboa, 11-8-1926, p. 1; Joaquim Veríssimo Serrão - História de Portugal, Vol. XIV, Lisboa: Verbo, 2000, p. 48 e D. Manuel II (1889-1932): O Rei e o Homem à luz da História, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990, pp. 163-164 e Joaquim Paço d'Arcos - Memórias da minha vida e do meu tempo, Lisboa: Guimarães & Cia, 1973, p. 177.

No entanto a sua influência não fica por aqui, sendo uma das figuras de maior relevo e preponderância no governo dos generais, António Óscar Fragoso Carmona-Sinel Cordes (de 9-7-1926 a 18-4-1928).

Tal era a sua importância, que George Guyomard na sua monografia “A Ditadura Militar em Portugal: Impressões dum francês retornado a Lisboa”, dizia que Mendes Norton era «o único homem sensato, lógico e firme que havia encontrado, entre os que assumiram a pesada tarefa de gerir os interesses de uma Nação». Referia, que o seu cargo de Director do Serviço de Faróis no Ministério da Marinha, parecia ser apenas uma fachada destinada a esconder o seu verdadeiro papel. Contudo, afirmava «que sem os seus conselhos por vezes imperativos, a Ditadura seria apenas uma recordação longínqua». Sublinhava que Mendes Norton «tinha livre acesso ao Conselho de Ministros e que várias vezes, chegou a mandar alterar as decisões aí tomadas ou fazer com que se adoptassem, outras que tinha concebido; fora ele nomeadamente, face à carência de elementos seguros, que fez com que se tomasse a decisão de se dirigir a terceiros; fora ele ainda quem veio a Paris, solicitar em nome do Governo, ao Senhor Flavien Brenier de Saint-Christo, intelectual francês, a constituição e o envio para Portugal de uma missão francesa». E relativamente a este assunto, recordava-se de umas palavras relatadas no seu tempo e que mostravam o seu valor, assim como dos seus contemporâneos. Enquanto que o representante de Portugal em Paris, Armando da Gama Ochôa e Saint-Christo, discutiam sobre as modalidades de envio da missão, o Comandante Norton, dirigiu aquele a dura réplica que segue «só existe um homem no meu País em quem confio: Eu mesmo».

Por último, afirmava que o verdadeiro poder estava nas mãos de apenas quatro homens: Abílio Passos e Sousa, Ministro da Guerra, Adriano Costa Macedo, Ministro do Interior, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, Capitão-de-Fragata e Fernando Mouzinho de Albuquerque, Capitão.⁷

Raul Proença, definiu-o como um monárquico pertencente ao bloco conservador e acusava-o, no primeiro dos seus panfletos clandestinos consagrados à Ditadura Militar, de que «volta e meia está no estrangeiro, com ajudas de custo fabulosas».

⁷ cf. George Guyomard, op.cit., pp.78-79 e 85.

Este grupo de republicanos conservadores advogava, a continuação de um sistema constitucional, se bem que corrigido e moralizado. Ou seja, em que a permanência do regime parlamentar, se equilibrasse com um executivo forte e estável, de tipo presidencialista. No quadro desse presidencialismo nacionalista e democrático, admitiam um poder legislativo bicameral, em que existiria uma assembleia de eleição directa e uma segunda câmara, estruturada na base de representação de interesses sociais de índole corporativa. Este pluralismo partidário assentaria num bipartidismo, que articulasse um partido forte, situacionista e conservador, como seja a ULR de Cunha Leal, com uma oposição centrada no PRP de António Maria da Silva, Marques Guedes e Velhinho Correia.

A partir de Abril de 1928, surge a facção salazarista - coligação conservadora de católicos, integralistas e opositores vários, civis e militares (sobretudo da jovem oficialidade) - que era contra a qualquer regresso ao sistema liberal, pluralista e democrático.

Não se pode afirmar que a Ditadura Militar, originária do 28-5-1926, fosse de início um regime autoritário de direita. Este regime só será fundado em 1932, com a nomeação de Oliveira Salazar para a Presidência do Conselho e com a aprovação da Constituição de 1933. O próprio Oliveira Marques, refere que a Ditadura Militar de 1926-1928, evitou com o maior cuidado, toda e qualquer acção que pudesse ser interpretada como sinal da restauração da Monarquia *«pois a “maioria dos oficiais dirigentes eram republicanos”, pelo que “seria errado, todavia, chamar fascista ao movimento militar do 28 de Maio de 1926. A rebelião fizera-se contra a “corrupção” e a “degradação” da república parlamentar, mais do que contra as instituições do parlamentarismo. A constituição democrata - liberal de 1911 não foi substituída, nem expressamente rejeitada até 1933. Muitos oficiais dirigentes, defendiam uma República democrática e o regresso à “normalidade constitucional”, que poderia implicar certas alterações na Constituição e certas expurgações de “maus” políticos, mas nada mais”»*.⁸

Em Outubro de 1930, organiza de tal forma a Conferência Internacional de Balizagem e Farolagem em Lisboa, que mereceu dos conferencistas os maiores elogios, tendo sido considerado o Serviço de Faróis português como modelo exemplar e do mais moderno que existia, dando lugar a que Portugal fosse elogiado nos mais variados jornais estrangeiros dos países nela representados.

⁸ cf. Jacinto Baptista - Disse chamar-se António Sérgio de Sousa... Auto da prisão, inquirição e desterro do autor dos ensaios em 1935, Lisboa, 1992, p. 41; José Medeiros Ferreira - O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX, Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 144-145; José Mattoso, op.cit., pp. 166-168.

O próprio jornal Antuérpia Neptune (Belgian Lloyd & Daily News), n.º 114 de 21-11-1930, ao tratar dos assuntos e trabalhos da conferência, referia «*sob o ponto de vista técnico, a estadia dos delegados da Sociedade das Nações, foi particularmente interessante: com efeito, visitaram a instalação modelo do Serviço de Faróis em Caxias, o famoso Farol de Leça e a respectiva escola de Faroleiros, única no mundo, pela perfeição do material e do ensino. Por assentimento unânime dos congressistas, a farolagem e a balizagem em Portugal, podem servir de modelo e constituem o que há de mais moderno e mais perfeito na matéria*». A confirmar o exposto, registou-se o facto das regras formuladas por aquela conferência, terem sofrido ligeiras modificações, as que a Direcção de Faróis propôs e que já eram aplicadas no Continente e Ilhas Adjacentes. O delegado português, o então Capitão-de-Fragata, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton - que deixara pouco antes o cargo de Director de Faróis, e a quem o Governo confiara a organização da Conferência - foi o eleito pela mesma, para «Membro do Comité de Ports et de la Navigation Maritime da Sociedade das Nações», de forma unânime, como técnico em assuntos de farolagem e balizagem, escolha esta honrosa para Portugal, visto ali se encontrarem, as maiores competências técnicas mundiais nesses assuntos.⁹

A verdade, é que o Comandante Mendes Norton está com o regime vigente pelo menos quase até ao fim do primeiro semestre de 1934, pois era nomeado para diversos cargos e comissões de serviço: promovido a Capitão de Mar-e-Guerra em 13-10-1930; a Comandante dos Serviços Auxiliares da Marinha em 21-10-1930; a Presidente do Tribunal Militar da Marinha em 21-4-1931; a Presidente da Comissão Central de Pescarias em 3-2-1934; e a Comandante da Escola de Artilharia Naval e da Fragata D. Fernando em 16-5-1934.

No entanto em 29-5-1934, ausenta-se do país durante dez dias, viajando então para Espanha, sendo-lhe aplicadas duas penas disciplinares de cinco dias - uma em 9-6-1934 e outra em 9-7-1934. Terá ido ao país vizinho, para manter conversações em Valência de Alcântara, com elementos da oposição reviralhista, nomeadamente com o Tenente-Coronel Ribeiro de Carvalho, que se encontrava no exílio? Ou terá ido a La Guardia, pedir a ajuda e interferência de Bernardino Machado, para a revolta em preparação?

⁹ cf. AMDN, Livro Mestre dos Oficiais da Marinha, Letra M, p. 39 e Ordem da Armada n.º 14, 1930, p. 530; Anais da Marinha, op.cit., pp. 183-185; jornal O Século 24-10-1930, p. 5 e Diário de Notícias 24-10-1930, p. 1; Jornal Antuérpia Neptune (Belgian Lloyd & Daily News), n.º 114 de 21-10-1930; AMDN, Ordem da Armada n.º 24, 1930, p. 1031.



Começa aqui a sua oposição ao governo de Oliveira Salazar e ao Estado Novo, que vem a demiti-lo de Presidente da Comissão de Central de Pescarias a 23-6-1934; a exonerá-lo de Presidente da comissão permanente para o estudo de todas as questões relativas à pesca do bacalhau a 21-7-1934; e em 21-8-1934, foi-lhe ainda negado o requerimento em que pedia para fazer o tirocínio para o posto de Contra-Almirante, que teve o seguinte despacho «*aguarde oportunidade*».

No dia 20-5-1935, dá-se um primeiro movimento revolucionário, sob a chefia do Comandante Mendes Norton e com a participação de oficiais de obediência nacional-sindicalista ou antigos monárquicos. Por portaria de 6-6-1935, era exonerado do cargo de Comandante da Escola de Artilharia Naval e da Fragata D. Fernando. A 10-9-1935, lidera o movimento que ficou conhecido por «Revolta Mendes Norton».

Durante o tempo que permaneceu na Marinha, foi ainda Capitão de Mar-e-Guerra (16-9-1930), Comandante-Chefe das forças navais estacionadas no Tejo (durante o 28-5-1926), Comandante Interino da Divisão Naval do Atlântico Sul e da corveta Afonso de Albuquerque (1906-1907), Presidente do Tribunal Militar da Marinha (1931), Comandante da Escola de Artilharia Naval e da Fragata D. Fernando (1934-1935), Comandante dos Serviços Auxiliares da Marinha (1930-1934), Presidente e Vogal da Comissão Central de Pescarias (1930-1934), Presidente do Conselho de Administração do Aquário Vasco da Gama (1919-1921), Chefe de Serviço e Director da Direcção de Faróis (de 1918-1924 e de 1924-1929), Membro do “Comité des Ports et Navigation Maritime” da Sociedade das Nações, por eleição unânime (1930), Grande Oficial, Comendador, Oficial por serviços distintos e Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis (por decretos de 1-10-1932, de 6-3-1919, de 1-1-1909 e de 1-7-1904), Medalha Militar de Ouro e de Prata da classe de comportamento exemplar (por decreto de 25-1-1921 e de 23-12-1905), Medalha de Prata da Rainha D. Amélia, comemorativa da expedição a Moçambique, tendo a legenda «Expedição a Moçambique 1894-1895», Medalha de salvação de Cobre do Instituto de Socorros a Náufragos (a 19-12-1914), com seis louvores em portarias e decretos, por serviços humanitários, militares e técnicos distintos (por portaria de 2-8-1906, portaria de 3-3-1913, ordem n.º 19 de 24-1-1913, ordem ministerial de 23-3-1914, portaria de 27-12-1930 e portaria de 19-5-1932).

Salão onde estão presentes o General António Óscar Fragoso Carmona, Presidente da República (1869-1951); à sua direita o General Domingos de Oliveira (1873-1957); em penúltimo, do lado direito temos Roberto Espregueira Mendes e em último, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, Capitão de Mar-e-Guerra (1875-1967)

II - A REVOLTA «MENDES NORTON» DE 10-9-1935

O Revirvalho, foi uma corrente que visou instaurar o constitucionalismo democrático e as liberdades fundamentais entre os anos de 1926 a 1940. Resistir à Ditadura Militar e ao Estado Novo, através de diversas revoltas, não foi fruto de uma atitude marginal, anti patriótica, delinquente, como pretendeu fazer crer a propaganda do Regime, mas sim um combate político-social, que se travou e perdeu.

Em termos gerais e aproximados, pode-se referir em relação ao reviralhismo que: 1º de 1926-1939, foram presos por motivos políticos cerca de 12000 pessoas entre civis e militares de todas as correntes políticas; 2º destes terão sido deportados para as colónias e ilhas atlânticas mais de 1500; 3º haviam ainda várias dezenas de exilados políticos em França, Espanha e Brasil; 4º foram vítimas de combates de rua, sobretudo durante as revoltas de 1927-31, mais de 200 mortos e cerca de 1000 feridos. A partir de 1936, registam-se pelo menos 24 mortos nas cadeias; 5º a maioria dos presos do reviralhismo, foi deportada sem terem sido previamente apuradas responsabilidades e respectivo julgamento, o mesmo acontecendo entre 1933-39 a 800 libertários e comunistas.

Entre as consequências imediatas das revoltas destacam-se: a dissolução das unidades militares e outros organismos públicos implicados; o afastamento, demissão, expulsão ou separação de serviço dos funcionários civis e militares implicados nas revoltas; a prisão, deportação e expulsão do País dos principais opositores; a suspensão ou proibição da imprensa apoiante, que pusesse em causa a Ditadura; são reforçados os serviços da censura; são ilegalizados os centros políticos directos ou indirectamente ligados ao movimento; e a criação e reorganização de uma polícia secreta, a PVDE.¹⁰

Existem duas fases distintas do reviralhismo: uma 1ª fase de -2-1927 a 26-8-1931, que é o período da influência preponderante da Liga de Paris no exílio, em que os reviralhistas conseguem manter uma constante organização conspirativa, um comité militar, uma rede de contactos, quadros, dinheiro e armamento, conduzindo os contactos e preparativos da revolta.

¹⁰ cf. José Mattoso, op.cit., pp. 209-210.

Neste mesmo período (1927-1931), desenrolam-se várias revoltas de oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, que foram: a sublevação de Chaves a 11-9-1926 pelo Capitão Alfredo António Chaves; as revoltas de 3-2-1927 no Porto e de 7-2-1927 em Lisboa, que causaram cerca de 150 mortos e 760 feridos; a revolta de 20-7-1928 em Lisboa, Castelo de S. Jorge e Setúbal, sob a liderança de Agatão Lança, que causa 8 mortos, cerca de 30 feridos, 102 oficiais afastados das Forças Armadas, dos quais 89 deportados para Angola; a revolta de 4-4 a 2-5-1931, no Funchal, Madeira (a 4 de Abril), Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Ponta Delgada, Açores (a 7 e 8 de Abril), S. Tomé (a 17 de Abril) e em Bolama, Guiné (a 17 de Abril); a revolta de 26-8-1931 em Lisboa no Largo do Rato, liderada por Utra Machado, que causou 40 mortos, 200 feridos e mais de 600 prisioneiros, dos quais 358 embarcam para a deportação em Timor.

Numa 2ª fase, temos o pós-revivalismo que compreende o período de 1932 a 1939, que revela um claro esgotamento da acção revivalista, o que leva à necessidade de abrir novos caminhos na estratégia do movimento revolucionário. Este período, caracteriza-se pelo advento de Salazar à presidência do Ministério; um endurecimento das perseguições políticas; um aperfeiçoamento dos mecanismos de repressão; uma limpeza do aparelho civil e militar do Estado; revela um revivalismo dividido, desanimado e impossibilitado de agir a nível interno; mostra ainda o fim da actividade legal dos partidos republicanos; e o regresso e integração de muitos exilados da amnistia de -12-1932.

Embora se mantenha a conspiração interna, os centros de influência externa deslocam-se para o país vizinho. A partir de 1931, grande parte dos exilados desloca-se para Espanha, onde obtêm apoio do governo republicano espanhol (de Manuel Azana, Ministro da Guerra e Prieto, Ministro do Interior), o que lhes possibilita a aquisição de grande quantidade de armamento e um avultado empréstimo. É o caso dos Budas de Madrid, herdeiros do espírito radical da Liga, como Jaime Cortesão, Jaime de Moraes, Alberto Moura Pinto, tenentes Alexandrino dos Santos e Oliveira Pio; e na Galiza (Tui, Vigo e Corunha), dos republicanos mais moderados como Cunha Leal, Ribeiro de Carvalho, irmãos Poppe e Largo Cerqueira, Sarmento de Beires e Utra Machado.

Neste período (de 1931 até 1939), desenrolam-se as seguintes revoltas: a revolta de Bragança a 27-10-1933; a revolta da Marinha Grande, liderada por elementos afectos à CGT / Confederação Geral do Trabalho a 18-1-1934; as revoltas de 20-5-1935 e de 10-9-1935 (revolta de Mendes Norton); a revolta de 8-9-1936, que causa 10 mortos e 60

marinheiros presos, que irão inaugurar a 18 de Outubro desse ano, o campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde; e a intentona de Coimbra de 1938.¹¹

Este segundo período pós-reviralhista, caracteriza-se em termos nacionais pela institucionalização do Estado Novo (1930-1934): uma nova constituição que definia o Estado como unitário e corporativista e de democracia orgânica da República Portuguesa (em 19-3-1933 realizou-se o plebiscito, entrando em vigor a 11-4-1933); a formação da União Nacional, entendida como associação política de carácter cívico, mas que efectivamente desempenhou o papel de partido único, legitimado pela ilegitimidade a que foram votadas, todas as formações políticas e desde a lei de 21-5-1935; uma nova reforma administrativa centralizadora (1930, 1931); um novo relacionamento com as colónias através do Acto Colonial, base programática de uma política colonial essencialmente imperial e centralista, com a reprodução agravada da situação de dominação, exploração e discriminação a que estavam sujeitas as populações indígenas, pela redução da relativa margem de autonomia atribuída às estruturas administrativas e de governo sedeadas nos territórios coloniais (1930 e 1933); pela organização corporativa da economia através da imposição pelo poder da colaboração entre as classes, através do ETN / Estatuto do Trabalho Nacional (1933); a reorganização do sistema financeiro (a 2-6-1931); uma nova legislação sindical (visando destruir os sindicatos tradicionais do movimento operário) e exclusividade da nova estrutura sindical corporativa e nacional (1933); legislação sobre grémios patronais, casas do povo, casas de pescadores e sobre previdência social; legislação sobre educação e sobre o conteúdo de ensino, encerrando as escolas de magistério primário, criando a figura dos regentes escolares e fundando o conteúdo do ensino em articulação com os valores políticos, ideológicos, morais e culturais do Estado Novo (1935); o aniquilamento das liberdades públicas, como seja a de reunião e de associação, especialmente no plano político e sindical (1933); a censura previa à imprensa e a todo o tipo de espectáculos, tais como o teatro, o cinema, a rádio (1933); a criação e institucionalização da polícia política a PVDE / Polícia de Vigilância e Defesa do

¹¹ cf. Luís Farinha - O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 15-16 e 19, 122, 217-218, 221-222, 267-268; Anais da Revolução Nacional, Barcelos: Editora do Minho, vol. II, 1948, pp. 37-40, 45-61, 98-103, 120-122, 239-240, 253, 272-278, 292-299; Damião Peres, op.cit., pp. 432, 434-439, 454, 459-460, 468-470, 480; Joaquim Veríssimo Serrão - História de Portugal, vol. XIII, Lisboa: Verbo, 2000, pp. 64, 95-97, 128-131, 153-154, 181, 190, 194, 200-206, 214-218, 256, 260-262, 264-266; José Mattoso, op.cit., pp. 214-218, 218-227, 235-241; decreto lei n.º 15790 de 27-7-1928 - Diário do Governo, Iª Série n.º 170 de 27-7-1928, pp. 1573-1574; António Simões Rodrigues - História de Portugal em Datas, Lisboa: Circulo de Leitores, 1994, pp. 313, 315, 320; Franco Nogueira - Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936), Coimbra: Atlântida, 1977, pp. 251-252.

Estado, com atribuições consideravelmente ampliadas e sob controlo directo da Presidência do Conselho de Ministros (1931, 1933); a criação de tribunais especiais para julgamentos de rebelião, atentados ou hostilidade contra a segurança do Estado (1930, 1933); o banimento dos partidos políticos e repressão às oposições, particularmente às organizações de trabalhadores; o afastamento, reforma, aposentação ou demissão dos elementos civis e militares da administração pública, que tenham participado em qualquer movimento revolucionário ou demonstrem espírito de oposição à política do Governo (1930, 1931, 1932); o condicionamento da opinião pública, através do SPN / Secretariado da Propaganda Nacional (1933); o monopólio do acesso aos cargos e funções públicas e pela depuração política do aparelho do Estado, etc., etc.

O próprio Oliveira Salazar, no seu discurso de 26-5-1934, referia que o “evangelho” do Estado Novo era formado pela Constituição, pelo Acto Colonial e pela Carta Orgânica do Império Colonial, pelo Estatuto do Trabalho Nacional e pelo programa da União Nacional.

Com o esmagamento das oposições externas, da neutralização das últimas divergências internas, da absorção pelo partido único do grosso do pessoal político, tiveram então lugar as primeiras eleições legislativas a 16-12-1934, a que concorre uma lista única, a da União Nacional (que elege desta forma o conjunto de 90 deputados à Assembleia Nacional), que marcam o início do funcionamento das novas instituições e o começo do Estado Novo.¹²

Durante todo o ano de 1935, existe uma aliança circunstancial ou tática de toda a oposição contra Salazar, como seja reviralmistas liberais de Cunha Leal / Ribeiro de Carvalho e Vicente de Freitas (aliados a outros sectores republicanos conservadores), nacionais-sindicalistas de Rolão Preto, monárquicos constitucionais, sargentos da ORS / Organização Revolucionária dos Sargentos e sargentos da Armada, com possíveis entendimentos com a ORA / Organização Revolucionária dos Sargentos-PCP, sectores do sindicalismo revolucionário e oficiais de baixa patente de influência maçónica.

¹² cf. António Reis - Portugal Contemporâneo, vol. IV, Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp.15-18; César de Oliveira - Portugal y la Segunda República Española (1931-1936), Madrid, 1986, pp. 382-395; Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Legislação Repressiva e anti democrática do Regime Fascista, Mira Sintra - Mem Martins: Gráfica Europam, Lda, 1985, pp. 14-24; A. H. Oliveira Marques, op.cit., pp. 419, 441-451, 521-522; João Medina - História de Portugal, vol. XII - Estado Novo: O Ditador e a Ditadura, Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995, pp. 170-177, 207-208 e História Contemporânea de Portugal «A Ditadura: O Estado Novo», Tomo I, Lisboa: Mutilus, 1990, pp. 279-281; António Simões Rodrigues, op.cit., pp. 310-327, 475-476; Mihail Monoilescu - El Partido Único, Saragoça: Editorial Heraldo de Aragón, 1988; pp. 176-177; e José Medeiros Ferreira, op. cit., p. 178.

O próprio Tenente Manuel António Correia, numa carta datada de Lisboa a 3-8-1934, dirigida a Bernardino Machado afirmava «há quatro grupos, dentro da situação que, isoladamente, se preparam para deitar Salazar por terra e implantar uma ditadura militar de transição para o regime constitucional: os nacionais sindicalistas, a gente de Vicente de Freitas, as tendências republicanas (com um capitão à frente) e os monárquicos constitucionais», que sozinhos não tinham força para derrubar o chefe do Governo.

Também Ribeiro de Carvalho, afirmava numa carta dirigida ao Diário da Manhã de 30-9-1934, que havia sido Salazar e a sua política que colocaram todos contra o Ditador e como tal “ou venceriam juntos ou seriam vencidos separadamente”.¹³

A 23-3-1935, dá-se a revisão da Constituição de 1933, com o reforço do poder executivo em detrimento da Assembleia Nacional.

A 5-4-1935, o deputado Dr. José Cabral, apresentava na Assembleia da República, um projecto de lei para a extinção e proibição de todos os partidos políticos e associações secretas, aceitando-se apenas a da União Nacional, apresentada como não sendo um partido e opondo-se aos partidos. Este projecto de lei, aprovado pela Assembleia Nacional, com o parecer favorável da Câmara Corporativa, pretendia sobretudo atingir a Maçonaria.¹⁴

No início de Maio, a ORS, sofre uma perda irreparável, com a prisão de alguns sargentos, que se dirigiam para uma reunião conspirativa. Nos começos de Julho, dá-se a prisão dos seus líderes político - revolucionários Francisco Horta Catarino e Cruz Cristina.¹⁵

No dia 6-5-1935, foram proibidos de residir no território nacional pelo período de dois anos, o Eng. Francisco Cunha Leal, o Dr. Domingos Pereira e o Primeiro-Tenente, António Prestes Salgueiro, acusados de proferirem discursos e palavras hostis ao regime.¹⁶

¹³ cf. Telmo Faria - Debaixo de Fogo!: Salazar e as Forças Armadas (1935-1941), Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, Edições Cosmo, 2001, p. 77 e Luís Farinha, op.cit., pp. 227-228, 230 e carta ao Diário da Manhã de 24-9-1934.

¹⁴ cf. A. H. Oliveira Marques, op. cit., p. 422 e Joaquim Veríssimo Serrão, Vol. XIV, op.cit., p. 26.

¹⁵ cf. Estas duas organizações ORS e ORA, foram criadas em 1933, nas quais residia as maiores esperanças dos campos revolucionários - republicano e comunista, sendo a sua influência determinante nas conspirações de 1935.

¹⁶ cf. Revista Contemporânea na obra “Textos Antológicos de Cunha Leal”, Lisboa, 1991, pp. 17-18.

A 13-5-1935, o Diário do Governo publica o decreto lei n.º 25317, que «*manda aposentar, reformar ou demitir os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado*».¹⁷

No dia 16-5-1935, o Diário do Governo, publica o número dos trinta e três funcionários atingidos, nem todos sujeitos a demissão, mas afastados da carreira pública, tendo em consideração o tempo de serviço prestado e a situação administrativa. Entre os atingidos encontravam-se o Dr. Domingos Leite Pereira, presidente de três ministérios, o Dr. Adelino da Palma Carlos, o General Joaquim Mendes Cabeçadas, o General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Catedrático do Instituto Superior Técnico, o Doutor Abel de Lima Salazar, Catedrático de Histologia da Faculdade de Medicina do Porto, o Doutor Aurélio Quintanilha, Catedrático da Universidade de Coimbra, o Doutor Manuel Rodrigues Lapa, professor auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa, etc., etc.¹⁸

No dia 20-5-1935, dá-se um primeiro movimento revolucionário, sob a chefia do Comandante Mendes Norton e com a participação de oficiais de obediência nacional sindicalista ou antigos monárquicos, como sejam o Coronel Francisco Rosa Ventura, Capitão-Tenente Costa Correia, Tenente Manuel Matias, Tenente-Coronel Manuel Salgueiro Valente e o professor Pedro Fazenda, entre outros.

Seria o primeiro abanão deste ano contra a Ditadura. A PVDE / Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, conhecedora dos movimentos conspirativos, alerta o Governo e Oliveira Salazar, que na noite de dia 20, depois das 22 horas, se recolhe no Quartel de Caçadores n.º 5 (a unidade militar que mais inspira confiança ao Governo), em reunião permanente. Por outro lado, o Comandante Mesquita Guimarães, instalou-se no Ministério da Marinha, acompanhado pelo Vice-Almirante Sarmento Saavedra, Comandante Geral da Armada e pelo Capitão de Mar-e-Guerra Rocha e Cunha, Chefe do Estado-Maior do Comando Geral. Em Lisboa, Porto, Coimbra e noutras terras do País cujas guarnições eram suspeitas de menor confiança no Governo, as unidades militares de terra e mar entram de prevenção rigorosa e na capital, os pontos nevrálgicos são policiados por patrulhas da GNR e Companhias de Polícia: Ministérios da Praça do Comércio, Câmara Muni-

¹⁷ cf. Joaquim Veríssimo Serrão, Vol. XIV, op.cit., pp. 29-32.

¹⁸ cf. Jacinto Baptista, op.cit., p. 25.

cipal, edifícios dos Correios e Telégrafos, Governo Civil, esquadra do Teatro Nacional e principais edifícios públicos, são ocupados lugares estratégicos e em simultâneo procedem-se a numerosas prisões.

Mendes Norton, era indicado pelos arguidos presos e pelo relatório da PVDE, como o chefe da organização da Armada e possivelmente o chefe geral do movimento revolucionário, caso ele eclodisse e não aparecesse outro chefe.¹⁹

Em 21-5-1935, por intermédio do decreto-lei n.º 1901, o Governo determina a ilegalização de todas as “sociedades secretas”, então existentes em Portugal, com especial destaque para a Maçonaria. Consequentemente são encerrados pela Polícia, os locais suspeitos de actividade maçónica ou congénere. Os adversários do Estado Novo, exploram a medida como um exemplo de dureza do governo e de limitação das liberdades individuais.²⁰

A organização que obedece a Ribeiro de Carvalho / Roberto de Melo Queirós, acaba igualmente por fracassar, apesar de contar com o apoio de elementos revolucionários em Metralhadora 1, Batalhão de Automobilistas na Penha de França, na Escola Militar, num quartel de Cavalaria da GNR e na Escola de Infantaria de Mafra, e da liderança de oficiais como o Major Areosa Feio, o Capitão Jaime Baptista e o Tenente João Quilhó. Desde o início do ano (Janeiro - Fevereiro de 1935), que estavam a ser desarticuladas pequenas redes conspirativas, que estavam sob a supervisão de Ribeiro de Carvalho - Jaime Baptista, centradas em torno do quartel de Metralhadoras ou da Armada e que haviam sobrevivido à conspiração de Outubro de 1934. O próprio Ribeiro de Carvalho, havia fugido e estava exilado em Espanha.²¹

Por volta de Junho / Julho, Oliveira Salazar tem repetidas entrevistas com Agostinho Lourenço, garantindo-lhe este, que na «*altura própria poderá intervir para desmantelar a rede revolucionária e prevenir o golpe, que as forças de extrema esquerda [elementos activistas da CGT, são considerados pelas autoridades como “comunistas”], preparam em conjunto com elementos da extrema direita [referência aos nacionais sindicalistas]*». De facto, no movimento parece juntar-se gente de quadrantes políticos diversos, que até então se haviam mostrado compatíveis com a Ditadura e Estado Novo.²²

¹⁹ cf. Diário de Lisboa 21-5-1935, p. 5, Diário da Manhã 21-5-1935, p. 6, O Século 21-5-1935, p. 1, Luís Farinha, op.cit., p. 232; Joaquim Veríssimo Serrão, Vol. XIV, op.cit., p. 32 e Arquivo TME / Tribunal Militar Especial - Santa Clara, processo n.º 183/35, pp. 1016-1017.

²⁰ cf. Franco Nogueira, op.cit., p. 321.

²¹ cf. Luís Farinha, op.cit., p. 233.

²² cf. Jacinto Baptista, op.cit., pp. 26-27.

Em 26-8-1935, o ambiente turva-se e o chefe da Polícia telefona a Salazar, a prevenir sobre possíveis alterações da ordem pública.

Nesse dia, é preso o Tenente Abílio dos Reis Moraes, acusado de ser o lugar-tenente de Ribeiro de Carvalho na “revolução” e no dia seguinte (27 de Agosto), foi a vez de António Sérgio, considerado a “cabeça pensante” da conjura e chefe civil do movimento revolucionário. António Sérgio, era considerado pelos adeptos de Ribeiro de Carvalho «*um astro de primeira grandeza e o lugar-tenente daquele senhor na parte civil da organização*».

Neste contexto, Ribeiro de Carvalho, terá desistido da preparação da revolta que, quinze dias depois viria a eclodir na Penha de França, visto que poucos revolucionários republicanos ficaram disponíveis para o movimento.²³

Os próprios revoltosos, fazem circular em Agosto dois panfletos dactilografados, onde se pretendia preparar a opinião pública, para que ela não se manifestasse contra os “manejos” revolucionários, onde se faziam críticas: ao facto de não haver material de guerra para mobilizar sequer uma divisão ou regimento; à censura e ao regime de terror em que se vivia; a Oliveira Salazar, considerado um tirano “inepto e teimoso” que arruinara a Nação; à inabilidade do Governo e ao aumento dos impostos; à organização e cartelização do trigo, vinho e corporações; de mais de metade da riqueza estar hipotecada à Caixa Nacional de Crédito; e da venda de prédios para pagamento de contribuições, enquanto as execuções hipotecárias atingiam números elevados, etc.

Desde o início de Setembro de 1935, circulava em Lisboa uma carta do Major Henrique Paiva Couceiro (1861-1944), Governador Geral de Angola (1907-1909) e chefe das incursões monárquicas (de 1911-1912 e 1919), datada de 23 de Junho, onde eram feitas críticas enérgicas ao regime vigente, acusado de não cumprir as esperanças nele depositadas e de estar a negociar a venda ou a cessão de Angola e do Ultramar aos estrangeiros.²⁴

Disso é exemplo também a carta de Fernando Santos Costa (1899-1982), membro do gabinete do Presidente do Conselho em assuntos de organização do Exército, futuro Ministro da Guerra e da Defesa, a Oliveira Salazar datada de 1-9-1935, afirmando «*a atmosfera anda carregada*», especificando: «*os boatos fervilham e dão a revolução para*

²³ cf. Franco Nogueira, op.cit., p. 337, José Mattoso, op.cit., p. 228 e Jacinto Baptista, op. cit., pp. 21 e 43.

²⁴ cf. Diário de Notícias de 13-9-1935, p.1 e Arquivo Nacional, Ano IV, n.º 193, Lisboa 18-9-1935, pp. 185-187.

*breve com o carácter já há tempos anunciado: coligação Rolão Preto - Ribeiro de Carvalho [...] Corre que os revolucionários, contam com parte da Marinha, parte da GNR e grande parte da tropa da província. Da conjura fazem parte, segundo se diz, elementos civis e a grande maioria dos sargentos molestados, por V. Ex.cia ter declarado numa entrevista que, alguns deles, tinham proventos superiores aos generais (facto que, em boa verdade, não corresponde à realidade; não há sargentos que ganhem mais de 1000\$00)».*²⁵

No dia 9-9-1935, Agostinho Lourenço, telefona de Lisboa a comunicar que os revolucionários fixaram o golpe para a madrugada de 10 de terça-feira, e Salazar dá-lhe as suas instruções.²⁶

Em termos internacionais, reunia-se em Genebra no dia 9 de Setembro, sob a presidência de Guinazu (Argentina) a 16^a Assembleia Anual da Sociedade das Nações, dedicada a assuntos correntes, como a eleição do presidente, vice presidentes, comités e eleição de três novos membros permanentes do Conselho. Simultaneamente, tratar-se-ia do conflito ítalo-etíope.²⁷

A oposição reviralhista que desde 1931, gozava de apoio das autoridades espanholas, começa a sofrer com algumas perseguições e são obrigados a sair do país vizinho. O próprio tenente Manuel Correia, pede a interferência de Bernardino Machado, visto que os exilados portugueses, estavam a ser presos pela Guardia Civil e impedidos de circular no território daquele país. Após a apreensão do carregamento de armas em San Esteban, são obrigados a sair do país para França, Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Moura Pinto, que é preso em Madrid. Em 25-8-1935, Bernardino Machado, é obrigado por determinação do Governo espanhol a sair de La Guardia, instalando-se então na Corunha, Galiza.²⁸

Não se tomaram medidas de prevenção, mantendo-se as manobras navais de há muito previstas, no início do mês de Setembro, na baía de Lagos, com os contratorpedeiros Lima, Vouga, Dão e Tâmega, etc. Ao mesmo tempo, houve manobras combinadas na barra do Tejo, com a aviação naval e submarinos, provas de lançamento de torpedos pelo navio porta minas Vulcano, e exercícios isolados pelo aviso de 1^a classe Bartolomeu Dias e pelos torpedeiros Ave e Mondego.²⁹

²⁵ cf. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Volume I (1934-1950), Mem Martins: Gráfica Europam, 1988, p. 30.

²⁶ cf. Franco Nogueira, op.cit., p. 338.

²⁷ cf. Diário da Manhã 10-9-1935, p. 1 e Diário de Lisboa 9-9-1935, p. 8.

²⁸ cf. Hipólito de la Torre Gómez - A Relação Peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936), Lisboa: Edição Cosmos, 1998, doc. 19, pp. 33-36, A.H. Oliveira Marques - Bernardino Machado, Lisboa: Edição Montanha, 1978, p. 61 e Luís Farinha, op.cit, pp. 225-226.

²⁹ cf. Notícias Ilustrado, Ano VIII, Série II, n.º 387, Lisboa, 8-9-1935, p. 9.



Eduardo Maia Soares, Capitão de Mar-e-Guerra à esquerda e Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, Capitão de Mar-e-Guerra (1875-1967) à direita, na sede da PVDE após o seu interrogatório de 13-9-1935

Também a nível nacional, a notícia mais relevante era a vitória do corredor César Luiz, do Velo Club «Os Leões», de Ferreira do Alentejo, na VIª Volta a Portugal em Bicicleta, segundo a imprensa a maior das competições desportivas do ano.³⁰

O acontecimento quase passa despercebido nos meios de comunicação social, sendo apenas relatado com algum destaque no jornal Diário de Notícias a 13-9-1935. O próprio jornalista Maurício de Oliveira, redactor naval deste diário e futuro historiador da Marinha de Guerra, que fora

³⁰ cf. O Século 9-9-1935, p.1 e Diário de Lisboa 9-9-1935, p.16.

testemunha ocular do acontecimento, dissera a Joaquim Paço de Arcos que escrevera o artigo sobre este episódio, inspirado pelo Ministro da Marinha, Aníbal de Mesquita Guimarães e apenas três dias depois!³¹

Esta revolta, iria desenvolver-se em quatro frentes de intervenção: 1º no quartel da Penha de França, que seria ocupado por forças nacionais sindicalistas e antigos oficiais e sargentos do Exército, sob o comando do Tenente de Infantaria, Eduardo Ferreira Soares de Albergaria; 2º a partir da praça do Chile, através de um conjunto de activistas partidários de Ribeiro de Carvalho; 3º dominando o aviso de 1ª classe Bartolomeu Dias, tarefa esta encarregue ao Capitão de Mar-e-Guerra, Manuel Peixoto Martins Mendes Norton (outras unidades comprometidas, não chegaram a declarar-se), considerado o principal chefe operacional e um dos cérebros deste movimento revolucionário; e 4º pelo pedido de audiência ao General António Óscar Fragoso Carmona, Presidente da República, que se encontrava na cidadela de Cascais, para demitir o Chefe do Governo, António de Oliveira Salazar e chamar a si a responsabilidade do movimento, como expressão da vontade popular.

Este movimento, apesar de meio decapitado devido à detenção de vários revolucionários em finais de Agosto, contava ainda com elementos para assaltar e tomar as seguintes unidades militares: o Batalhão de Metralhadoras n.º 1 de Campolide, a Companhia do Trem Hipomóvel em Póvoa do Varzim, a Escola Militar, a Escola Prática de Infantaria de Mafra, o Regimento de Sapadores de Caminhos de Ferro (de Cascais ou Campo de Ourique?), o Batalhão Automobilista da Penha de França e uma unidade de cavalaria da GNR.

Contava também, com o assentimento ou neutralidade de algumas unidades da província (com apoiantes de Ribeiro de Carvalho) e de Lisboa, e com ligações revolucionárias no Porto, Santarém, Mafra, Ericeira, Setúbal, Figueira da Foz e S. Pedro de Muel, etc.

Fazia ainda parte do plano revolucionário, assaltar a rede de comunicações telegráficas e telefónicas de Vila Franca de Xira, com o intuito de isolar, cortar e controlar as ligações com Lisboa, devendo depois da eclosão do movimento, partirem e serem recebidos naquela localidade os despachos para o resto do País.

³¹ cf. Joaquim Paço de Arcos, op.cit., p. 178.

Também os simpatizantes da CGT / Confederação Geral do Trabalho, haviam prometido brigadas “comunistas” de choque contra a polícia.³²

O assalto ao navio “Bartolomeu Dias”, veio a fracassar, visto que a tripulação não obedeceu a Mendes Norton e porque não chegaram a ser emitidos do Quartel da Penha de França, os sinais para o início do movimento (dois tiros de artilharia). Isto apesar de o navio estar pronto a largar, visto as caldeiras estarem acesas e a funcionarem.

O governo e a PVDE, tinham ainda conhecimento do projectado assalto e levantamento ao Destacamento Misto, aquartelado na Penha de França, sob o comando do oficial de serviço Tenente de Infantaria, Eduardo Ferreira Soares de Albergaria, do secretariado militar nacional-sindicalista. Deu-se ordem de prevenção para a PSP, que recebeu instruções para fazer abortar o movimento, vigiar atentamente as imediações daquela unidade militar e prender todos os elementos que por ali aparecessem.

Do núcleo reviralhista de Ribeiro de Carvalho, deveriam actuar a partir da Praça do Chile, um conjunto de activistas onde se destacava o capitão Jaime Baptista e alguns sargentos. Só dois dos revoltosos acabaram por ser detidos, os sargentos Armando dos Reis e José Baptista Machado Júnior, que acabariam por ser presos junto à Penha de França, conseguindo os restantes fugir à acção policial.

Os presos foram conduzidos para o forte da Ameixoeira, onde ficaram vigiados por uma força da Frente de Defesa Marítima, até que o Governo se pronunciasse do destino a dar-lhes.

Por último, o núcleo composto por Francisco Gaspar Rolão Preto e pelo Capitão Corujeira de Carvalho, dirigira-se a Cascais, onde se faria a entrega a Carmona, do programa mínimo da revolta, que segundo o jornalista Joaquim Meira e Sousa e o advogado Luís Alexandre Brinquinho, teria os seguintes objectivos: 1º manter um carácter fundamentalmente militar do movimento, desempenhando os civis apenas tarefas de ligações; 2º obter a demissão do governo de Oliveira Salazar, mantendo Carmona como presidente, pelo menos até uma próxima eleição; 3º constituir um novo governo sob a presidência de um militar

³² cf. Joaquim Veríssimo Serrão, op.cit., vol. XIV, p. 48; Anais da Revolução Nacional, Vol. III, pp. 385-387; João Medina - Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo: A história de um conflito (1932-1935), Lisboa: Livraria Bertrand, 1978, pp. 45-48; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo-Crime n.º 2183/35, p. 101 e Processo n.º 1646/SPS, pp. 175, 181, 184, 188, 190, 208, 213, 221 e 223; e Fernando Madaíl - Fernando Valle: Um aristocrata da Esquerda, Lisboa: Âncora Editora, 2004, pp. 132-133; Diário da Manhã 12-9-1935, p. 1.

de categoria, estando alguns ministros já indicados: Rolão Preto para o Interior, Alçada Padez para a Justiça, Manuel Valente para a Guerra, Mendes Norton para os Negócios Estrangeiros e a Marinha. As outras pastas (inclusive a das Finanças), seriam preenchidas logo após a vitória revolucionária, sendo para elas convidados, indistintamente elementos da extrema-direita, simpatizantes do nacional-sindicalismo e elementos dos antigos partidos ou elementos desafectos ao Estado Novo; 4º garantir a reintegração dos civis e militares, que tivessem sido afastados dos seus lugares e postos; 5º realizar uma ampla amnistia para os presos políticos; 6º restabelecer a concórdia entre os afectos à situação e os que estavam contra o Estado Novo; 7º restaurar algumas liberdades políticas e individuais.³³

Nessa noite (de 10 de Setembro), Oliveira Salazar, juntamente com Agostinho Lourenço e Costa Leite, redige uma nota oficiosa, que foi publicada na imprensa no dia seguinte, onde se dá a conhecer a rede de conspiradores e como as actividades eram seguidas pela Polícia; os trabalhos preparatórios da alteração da ordem, os locais de reunião os dirigentes, os elementos de ligação, os futuros ministros, os planos de acção e o seu projectado desenvolvimento.³⁴

Correu então que os Contra Almirantes, José Mendes Cabeçadas, Aníbal de Sousa Dias e Tito Augusto de Moraes, haviam dado o seu caloroso apoio a este movimento, o que não passou de boato, visto que haviam completado cinco anos no alto posto e passaram a receber o vencimento correspondente. No entanto Mendes Norton, apesar de demitido e afastado da Armada, continuou a receber na caixa do correio, um montante igual ao seu ordenado até à sua reintegração em 1951. A questão que aqui se põe, é, quem depositaria essa quantia? Seriam alguns implicados nesta revolta, que não haviam sido capturados e presos, que ele nunca desvendou? Seriam alguns contra-almirantes, que segundo constava, haviam dado o seu apoio a esta revolta? Ou seria o próprio Estado, que devido aos seus relevantes serviços políticos, diplomáticos, militares, humanitários e técnicos ao País, não o queria deixar na miséria?³⁵

³³ cf. Diário de Notícias de 11-9-1935, pp. 1 e 5; Diário da Manhã 12-9-1935, p. 6; Diário de Notícias de 13-9-1935, p.1; Diário da Manhã 11-9-1935, p.1 e O Século 11-9-1935, p. 6; Luís Farinha, op.cit., pp. 234-235 e ANTT/PVDE n.º 1646/SPS, fl. 50; António Costa Pinto - Os Camisas Azuis: Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945), Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 280-281; nota do Foreigner Office 371/19725, Public Record Office; Luís Farinha, op.cit., p. 235; Diário de Notícias de 13-9-1935, p. 3; ANTT / PVDE processo n.º 1646/SPS, pp. 84 e 230.

³⁴ cf. Franco Nogueira, op.cit., p. 339 e António Oliveira Salazar - «Tentativa de Revolta», in Discursos e Notas Políticas, Volume II (1935-1937), Coimbra, 1937, pp. 59-61 e Diário de Notícias 11-9-1935, p. 5 e O Século 11-9-1935, p. 1.

³⁵ cf. Diário da República, IIª Série, n.º 228 de 30-9-1935, p. 4808 e Joaquim Veríssimo Serrão, op.cit., p. 50; e segundo o Prof. Doutor Manuel Artur Norton, neto de Mendes Norton em entrevista de 2003.

Em 20-11-1935, dá-se o seu julgamento no Tribunal Militar de S.^{ta} Clara e apresenta então como testemunhas de defesa (a 18 de Novembro), no processo que tinha pendente: Jaime Afreixo, Vice-almirante, Jaime Aurélio Willis de Araújo, Contra Almirante, Alberto Castro Ferreira, Contra Almirante, Manuel dos Santos Fradique, Contra Almirante e Augusto Carlos Saldanha, Capitão de Mar-e-Guerra.

Foi então que, Eduardo Scarlatti Andrio Raposo, 1º Tenente da Armada, além de prescindir das testemunhas de defesa, leu e apresentou a contestação de defesa do seu constituinte.

Nela Mendes Norton, afirmava que «durante quarenta e cinco anos, fora oficial da Armada, onde alcançara o posto de Capitão de Mar-e-Guerra, com seis louvores em portarias e decretos, por serviços humanitários, militares e técnicos e que no momento actual, estava destituído da sua profissão e preso nos calabouços do Aljube.

Afirmava ter tentado derrubado o governo presidido pelo Doutor Oliveira Salazar. E pelo respeito, que devia a si próprio e às tradições de dignidade da Marinha de Guerra, assumia - como sempre o fez - inteira e exclusiva responsabilidade dos actos praticados com esse objectivo. Proclamava ter agido, na convicção de que prestava um serviço à Pátria, libertando-a de uma situação que refutava grave e humilhante para o povo português, animado da mesma fé com que no comando do «Bérrio», auxiliado pela sua guarnição, empregara todos os esforços, para o salvamento de 102 náufragos do vapor inglês «Veronese» a afundar-se, o que lhe trouxera louvores significativos; e ainda levado pelos mesmos propósitos, com que colaborara na Revolução de 28 de Maio de 1926.

O movimento em que tomara parte, não obstante o seu fim levantado, falhara pela falta de respeito aos compromissos, tomados por parte dos elementos que em terra, o deviam secundar ».

Por último dizia, que «o ora prisioneiro no Aljube e condenado a demissão, antes de qualquer simulacro de julgamento, cónscio de que se encontrava nas mãos dos mandatários da força contra a razão e o direito, nada contestava - pois perderia o seu tempo - não se conformava e submetia-se, aguardando serenamente o ditame que o fulminaria de afronta, como o já ferira de miséria - e conservaria o espírito junto dos seus camaradas na Marinha de Guerra, à qual pertenceria pelo coração até ao último alento».

O TME / Tribunal Militar Especial, por decisão unânime, acusou-o duma tentativa revolucionária, e condenou-o a oito anos de degredo, em local à escolha do Governo (em Cabo Verde) e perda dos direitos políticos por dez anos.³⁶

Foram restituídos à liberdade 5 indivíduos por falta de provas; despronunciados 11 indivíduos pelo TME por não haver elementos de prova suficientes para serem incriminados; amnistiadas 22 pessoas ao abrigo do decreto-lei n.º 26636 de 25-5-1936, regressando 15 elementos do Depósito de Presos da Fortaleza de S. Baptista em Angra do Heroísmo, Açores; e sujeitos a julgamento 8 indivíduos pelo TME - 5 presenciais - Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, Manuel Valente, Luís António Seixas, Joaquim Pereira e Luís Alexandre Branquinho e 3 à revelia - José Masseneiro, Joaquim Cerqueira de Vasconcelos, António Roberto Pinto de Queirós e Melo.

Em termos de conclusão pode-se afirmar: 1º que a revolta é do prévio conhecimento do Governo e da PVDE, que a desmantela antecipadamente e sem dificuldades; 2º embora pretendesse ser uma revolta a nível nacional, a verdade é que esta se centraliza em Lisboa, visto que as unidades militares e forças navais comprometidas, não se manifestaram como previsto; 3º esta revolta, não atinge as proporções dramáticas dos movimentos revolucionários anteriores, não havendo confrontos, combates, feridos e mortos; 4º nesta conspiração ao contrário das outras, é notória a participação de diversas facções, que vão da extrema-direita à extrema-esquerda: nacionais sindicalistas (de Rolão Preto), apoiantes de Ribeiro de Carvalho, monárquicos constitucionais e tráfugas do 28 de Maio, partidários da CGT e elementos de baixa patente maçónica, republicana e socialista; 5º muitos dos elementos envolvidos nesta revolta, já haviam participado noutras conspirações ou revoltas: é o caso de Artur Rebelo de Almeida, Capitão de Artilharia, Jaime Pereira Rodrigues Baptista, Capitão de Infantaria, José Baptista Machado Júnior, 2º Sargento Reformado, Armando dos Reis, 2º Sargento de Sapadores Mineiros, Luís da Maia Monteiro e José Masseneiro, comerciantes e João Pedro dos Santos, ex. funcionário público; 6º existe uma preponderância dos arguidos civis no total de 25, sobre os militares no total de 16; 7º dentro do grupo castrense, prevalece o ramo do Exército, com o total de 12 pessoas, sobre o da Marinha, com o total de 4 pessoas; 8º predomina a oficialidade inferior de capitães,

³⁶ cf. Diário da Manhã 12-9-1935, p. 1; Diário de Notícias de 13-9-1935, pp. 1 e 3, Maurício de Oliveira - A Bordo do Navio Chefe: Episódios Políticos e Militares da Vida da Armada Nacional (1925-1935), Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1943, pp. 194-200, O Século 11-9-1935, p. 6; Diário de Notícias de 11-9-1935, pp. 1 e 5.

tenentes e sargentos, sobre os oficiais superiores, que são apenas 3, ou seja, dois Tenentes-Coronéis e um Capitão-de-Mar-e-Guerra; 9º no domínio civil, existe uma grande heterogeneidade de indivíduos e a composição socioprofissional é formada por advogados, comerciantes, funcionários dos Correios e Telégrafos, proprietários, jornalistas, fiscais dos impostos, professor primário e inspetor escolar, funcionário público e do Supremo Tribunal de Justiça, estudante, etc.³⁷

ANEXO A) RAÍZES FAMILIARES

A família Norton-Mendes Ribeiro - a qual pertencem Mendes Norton e seu primo co-irmão o General Norton de Matos - descende por legítima varonia do casal Veríssimo Mendes Ribeiro e de sua mulher Ana Rodrigues, ambos naturais da vila de Amarante, que viveram nos finais do século XVI e princípios do século XVII.

Destes foi bisneto, Domingos Mendes Ribeiro, Coronel, Capitão de Ordenanças (1797), Capitão da 3ª Companhia de Milícias de Viana do Castelo (por decreto de 21-10-1807), Major de Voluntários de Viana do Castelo (em 1826), Major Comandante do Batalhão de Voluntários n.º 21 (em 1828), etc.

Comandou todas as ordenanças armadas no termo de Viana em 1801; foi instrutor do seu regimento de Milícias e, encarregado em 1808, pelo General da Província do Minho, Gonçalo Pereira Caldas, da condução de armamento e munições do Porto, para a divisão do Minho. Quando da entrada do exército francês no Porto em 1809, foi ferido e feito prisioneiro em S. Frutuoso, pelas tropas do General Soult. Fez toda a Guerra Peninsular e a campanha de 1823, sob as ordens do General Rego. Em 1826, foi encarregado pelo General da Província do Minho, o 6º Marquês de Angeja, de criar, organizar e comandar o Batalhão de Voluntários de Viana. Em 1828, foi nomeado pela Junta Provisória do Porto, Major Comandante do Batalhão de Voluntários n.º 21. Retirou-se e emigrou, com o exército liberal para a Galiza, Espanha, seguindo dali para Inglaterra.

Embarcou em Londres em Março de 1829, para a ilha Terceira, Açores, onde comandou a Companhia de Depósito dos Oficiais da 2ª e 3ª Linha. Entrou na acção de 11-8-1829, na vila da praia da Vitória. Foi então nomeado, Comandante do Corpo de Voluntários de Angra

³⁷ cf. António Costa Pinto, op.cit., p. 282 e Diário da Manhã 12-9-1935, p. 6.

e de Portugal por ordem de 29-3-1830 e também Director do Depósito de Paisanos. Alista-se no batalhão de Oficiais Armados e em Julho de 1832, desembarca no Mindelo, com o exército libertador. Posteriormente, organiza o Batalhão de Voluntários de D. Pedro IV em Viana do Castelo. No Porto, foi nomeado Presidente da Comissão Central de Donativos em 1832, e comandou interinamente em 1833, o Batalhão Provisório de S.^{ta} Catarina. Foi Director da Alfândega de Viana do Castelo por decreto de 19-5-1840 e também encarregado, provisoriamente, da administração e arrecadação do imposto de 6% sobre os lucros dos pescadores na cidade do Porto e portos fiscais inerentes por decreto de 14-2-1844, e juramento de 1 de Março do mesmo ano.

Domingos Mendes Ribeiro, nasceu em Viana do Castelo a 17-2-1771 e casou com D. Ventura Leonor dos Santos, que nasceu em N. Sr.^a de Monserrate, Viana do Castelo a 9-2-1775 e morreu em Viana do Castelo em 8-10-1843, filha de Joaquim António dos Santos, Capitão de Infantaria e de sua mulher D. Joaquina Josefa.

Deste casal nasceu, José Mendes Ribeiro, Vice Cônsul da Grã-Bretanha em Viana do Castelo (carta patente de 5-9-1851), Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e Secretário Geral do Governo Civil (1870-1879), chefe do partido Regenerador na dita vila, Contador da Fazenda, etc. Esforçado liberal, emigrou para a Inglaterra com o pai e o sogro, tendo daí embarcado para a ilha Terceira, Açores em Março de 1829. Foi ferido durante o cerco do Porto, no reconhecimento de Valongo no dia 22-7-1832, e entrou em todas as sortidas e acções, que houve entre o exército liberal e o absolutista, desde o desembarque no Mindelo.

Consta da sua nota de assento militar o seguinte *«deu provas de valor e coragem, batendo-se amiúde na esquerda da linha de investimento, tomando parte na batalha de Ponte de Ferreira, distinguindo-se no reconhecimento que teve lugar em 25-8-1832, no sítio denominado «Água Ardente» e na acção de 29-9-1832, e no sítio de Póvoa de Cima»*. Fazendo parte do exército liberal, foi encarregado de acompanhar o cunhado Tomás Norton, numa diligência, feita junto dos habitantes de Viana do Castelo e doutras povoações, para promoverem um movimento a favor dos liberais. Serviu com distinção, no Batalhão de Empregados Públicos, organizado em 1833. Foi nomeado em 1836, Capitão da 2.^a Companhia do Batalhão de Voluntários de Viana do Castelo. Comprou em 1842, o Mosteiro de Refojos, na sequência da estatização e posterior venda dos bens das ordens religiosas, o qual permaneceu na família durante sete décadas.

Tinha relações de grande proximidade com Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), Ministro do Reino, um dos mais notáveis políticos liberais da 1ª metade do século XIX, que com frequência visitava Viana do Castelo e encarregava-o de importantes missões, juntamente com sua mulher que, dizia ele, se completavam em questões políticas.

José Mendes Ribeiro, nasceu em S.^{ta} Maria Maior, Viana do Castelo a 28-12-1802 e morreu aí a 4-11-1887. Casou em S.^{ta} Maria Maior, Viana do Castelo a 20-12-1826 com D. Rita de Cássia Norton Tavares de Resende, que teve um papel fundamental na revolução da Maria da Fonte em 1846, em Viana do Castelo, evitando a morte a dezenas de simpatizantes de Costa Cabral.

Este episódio vem relatado nas obras de Oliveira Martins “Portugal Contemporâneo” e de D. João de Azevedo “Os dois dias de Outubro ou a história da Prerrogativa”. Rebentara no Minho, a revolução da «Maria da Fonte» contra Costa Cabral que com os seus partidários, tinha o poder nas mãos. Em Outubro de 1846, Viana do Castelo que aderira ao movimento radical-liberal «Maria da Fonte», achava-se desguarnecida de forças militares, porque o Conde das Antas, tinha retirado todas as tropas que pudera, para seguir para Lisboa. Os cabralistas, aproveitando a fraqueza militar de Viana, procuraram restabelecer, naquela cidade, o antigo estado de coisas. Escolheram para chefe da revolta o Tenente Pinotes que, à frente duma centena de recrutas, arrasta consigo os partidários de Costa Cabral, ocupou as repartições e principiou a diligenciar no sentido de prender os principais patuleias (partidários da Maria da Fonte). Em frente da casa de José Mendes Ribeiro, juntou-se gente, pedindo a sua cabeça. Teve então, de sair às escondidas pelas traseiras, atravessando a cavalo, uma ponte que passava sobre o rio Lima. Rita Cássia, mandou os filhos para o Mosteiro de Refojos, ficando apenas com sua filha Zulmira, na casa Amarela.

Das aldeias que circundavam Viana do Castelo, anunciaram os patuleias mais notáveis ou os seus emissários, de que a cidade estava na posse dos cabralistas, e dada a informação de que pouca tropa lá havia, começou a afluir para a vila o povo armado de chuças e espingardas. José Mendes Ribeiro, trouxe gente de Darque e das aldeias vizinhas. Os revoltosos, vendo que cada vez mais aumentava a multidão que lhes era hostil, resolveram refugiar-se no castelo, esperando o auxílio militar que lhes fora prometido.

Oliveira Martins, faz referências a este facto e relata «*Viana, proclamada a Junta, ficara sem a tropa: os cartistas aproveitaram. Expulsaram da praça o inimigo e fortificaram-se. Veio em milhares o povo dos campos dar um assalto e a cidade capitulou: na refrega ficara morto o tenente que a defendia. Os camponeses enfurecidos - eram quatro mil - pediam vinganças e mortes, exigindo as chaves do castelo (onde o velho governador reformado prendera os mais comprometidos), mas o homem prudente, perdera as chaves a tempo, enfurecendo ainda mais a turba com o seu artil. Começavam os tiros, preparavam-se os machados, ia começar o assalto, o arrombamento e a matança inevitável, quando uma piedosa senhora teve uma ideia abençoada. Viu-se aparecer no meio das ondas do povo em fúria uma procissão de padres de cruz alçada, caminhando solenemente cantando "Benedictus! Benedictus! Dominus Deus, Israel! E os minhotos, sobressaltados, paravam, escutavam, como tocados por um milagre [...]*». Tinha-se evitado assim, uma grande calamidade.

Dizia Rodrigo da Fonseca Magalhães, que quando se tratava da política de Viana do Castelo, era Rita Cássia, que o orientava. Nasceu ela no Porto a 8-12-1808 e morreu em S.^{ta} Maria Maior, Viana do Castelo a 13-1-1875.

Era Rita Cássia, filha de Andrew Warren Norton, Vice-Cônsul da Grã-Bretanha em Viana (carta patente de 3-6-1809), Caminha e Esposende (por carta patentes de 20-5-1811). Este veio para Portugal nos finais do século XVIII, como mercador de vinhos e bacalhau; viveu primeiro no Porto, na rua dos Ingleses, paróquia de S. Nicolau e morou mais tarde, na casa Amarela, que mandou edificar; converteu-se ao catolicismo, tendo sido baptizado na capela de N. Sr.^a da Agonia e registado na de S.^{ta} Maria Maior em Viana do Castelo a 12-6-1806; naturalizou-se português e obteve a sua cidadania em 6-11-1807, sendo um influente liberal em Viana do Castelo. Casou-se com D. Ana Rosa Tavares de Resende.

Do casamento de José Mendes Ribeiro com D. Rita de Cássia Norton Tavares de Resende, nasceram 20 filhos entre os quais: 1º Tomás Mendes Norton, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da O. de N. Sr.^a da Conceição de Vila Viçosa, que nasceu em Viana do Castelo a 31-1-1839 e morreu em Queijada, Casa do Baganheiro a 1-5-1920, que casou em Refojos a 12-1-1862 com D. Emília da Conceição de Matos Prego e Sousa, que nasceu em Queijada, Casa do Baganheiro a 5-12-1847 e morreu em Moreira do Lima, Casa do Barrio a 22-1-1933, com geração, de quem foi filho o General José Mendes Ribeiro Norton de Matos; e 2º José Mendes Norton, que será referido de seguida.

José Mendes Norton, foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (alvará de 30-12-1873) e Moço Fidalgo da Casa Real (alvará de 7-2-1874); Comendador da O. de N. Sr.^a da Conceição de Vila Viçosa; Bacharel formado em Filosofia (1870), Medicina e Cirurgia (1871) pela Universidade de Coimbra; Delegado de Saúde em Viana; 8º Reitor do Liceu de Viana do Castelo (7-1-1897); Secretário-Geral do Distrito de Viana do Castelo; Associado Provincial de 1ª classe da Academia Real das Ciências de Lisboa; Sócio Correspondente do Instituto de Coimbra, etc. Nasceu em S.^{ta} Maria Maior, Viana do Castelo a 1-2-1845 e aí morreu a 9-2-1905. Casou em S. Romão de Mesão Frio, Guimarães a 22-6-1874 com D. Ana Emília Peixoto Martins de Souza Villas-Boas, que nasceu em Oliveira, Guimarães a 13-12-1849 e morreu em S.^{ta} Maria Maior, Viana do Castelo a 28-2-1928. Esta senhora era filha de Manuel Pinto Peixoto de Souza Villas-Boas, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real por sucessão; 12º Senhor da Casa do Porto, 9º da Casa do Bairro, 6º da Casa de Baceiras e Ribeira, etc. e de D. Emília Ribeiro de Araújo Martins da Costa, da Casa da Agra em Guimarães. Estes últimos foram os pais de Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, protagonista deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Manuscritas e não publicadas.

1.1 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo da PIDE / DGS

- Processo-crime: 2183/35 - caixa 4421.

- Processo: 1646/SPS - caixa 4318.

1.2 - Arquivo do Tribunal Militar Especial de Santa Clara.

- Processo n.º 183/35.

1.3 - Arquivo do Ministério da Defesa Nacional - Marinha: Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Central.

- Livros Mestres dos Oficiais da Marinha: Livro M, pág. 39

- Processo Individual - Manuel Peixoto Martins Mendes Norton - caixa 760 e caixa 1417.

- Ordens da Armada, Arquivo Geral da Armada: 1919, 1930, 1935, 1951.

Fontes Secundárias

Imprensa

- Arquivo Nacional 1932-1935
- Diário de Lisboa, Lisboa, 1919-1935
- Diário de Manhã, Lisboa, 1931-1935
- Diário de Notícias, Lisboa, 1919-1935
- Época 1926-1935
- Notícias Ilustrado 1928-1935
- Século, Lisboa, 1919-1935

Monografias

ANAIIS da Marinha. A Marinha. Ano IV. Tomo IV. Número Especial. Dezembro 1942 - Cap. IX Faróis. Faróis do Continente, Lisboa: Oficinas na União Gráfica, 1943.

ANAIIS da Revolução Nacional, Barcelos: Editora do Minho, 5 Vols., 1948.

ARQUIVO Nacional, Ano IV, n.º 193, Lisboa, 18 de Setembro 1935.

BAPTISTA, Jacinto - Disse chamar-se António Sérgio de Sousa... Auto da prisão, inquirição e desterro do autor dos ensaios em 1935, Lisboa, 1992.

COMISSÃO do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Volume I (1934-1950), Mem Martins: Gráfica Europam, 1988.

COMISSÃO do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Legislação Repressiva e anti- democrática do Regime Fascista, Mira Sintra - Mem Martins: Gráfica Europam, Lda, 1985.

COMISSÃO do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Presos Políticos no regime fascista: 1932-1935, Mira Sintra - Mem Martins, 1981

COMISSÃO do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Relatórios para Oliveira Salazar: 1931-1939, Lisboa, 1981.

FARIA, Telmo - Debaixo de Fogo!: Salazar e as Forças Armadas (1935-1941), Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, Edições Cosmos, 2001.

FARINHA, Luís - O Revirinho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FERREIRA, José Medeiros - O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XVIII, Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960.

GUYOMARD, George - La Dictature Militaire au Portugal: Impressions d'un français retour de Lisbonne, Paris: Les Presses Universitaires de France, 1927.

LISTA de Faróis, Bóias Luminosas e Sinais de Nevoeiro, e sinais horários e de mau tempo, estações radiotelegráficas, electro-semafóricas e de socorro a náufragos, existentes na costa de Portugal, nos arquipélagos dos Açores e Madeira e nas colónias da Direcção de Faróis, Lisboa: Imprensa da Armada, 1929.

MADAÍL, Fernando - Fernando Valle: Um aristocrata da Esquerda, Lisboa: Âncora Editora, 2004.

MARÇAL, Horácio - Os Náufragos mais calamitosos ocorridos no litoral do concelho de Matosinhos e suas proximidades, Separata do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 21, 1974.

MARQUES, A. H. Oliveira - História de Portugal, Volume III, Lisboa: Palas Editores, 1981.

MARQUES, A. H. Oliveira - Bernardino Machado, Lisboa: Edição Montanha, 1978.

MARTINS, Joaquim Oliveira - Portugal Contemporâneo, Tomo II, Lisboa, 1925.

MARTINS, Rocha - A Monarquia do Norte, 1919.

MATTOSO, José, dir. - História de Portugal, vol. VII: O Estado Novo (1926-1974), Lisboa: Circulo de Leitores, 1994.

MEDINA, João, dir. - História Contemporânea de Portugal, Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1985.

MEDINA, João, dir. - História Contemporânea de Portugal «A Ditadura: O Estado Novo», Tomo I, Lisboa: Mutilus, 1990.

MEDINA, João - História de Portugal, vol. XII - Estado Novo: O Ditador e a Ditadura, Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995.

MEDINA, João - Salazar e os Fascistas: Salazarismo e Nacional-sindicalismo. A história de um conflito (1932-1935), Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.

MINISTÉRIO da Marinha - A Marinha nos últimos 40 anos, Lisboa: Ministério da Marinha, 1966.

MONOILESCO, Mihail - El Partido Único, Saragoça: Editorial Heraldo de Aragón, 1988.

NOGUEIRA, Franco - Salazar: Os Tempos Áureos (1928-1936), Coimbra: Atlântida, 1977.

NORTON, José - Norton de Matos: Biografia, Lisboa: Bertrand Editora, 2001.

NOTÍCIAS Ilustrado, Ano VIII, Série II^a, n.º 378, Lisboa 8 de Setembro de 1935.

OLIVEIRA, César - Portugal y la Segunda República Española (1931-1936), Madrid, 1986.

OLIVEIRA, Maurício - A Bordo do Navio Chefe: Episódios Políticos e Militares da Vida da Armada Nacional (1925-1935), Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1943.

PAÇO DE ARCOS, Joaquim - Memórias da minha vida e do meu tempo, Lisboa: Guimarães & Cia, 1973.

PERES, Damião, dir. - História de Portugal, 7 vols. e suplemento, Barcelos: Editorial de Portucalense Editora Lda, 1928-1944.

PINTO, António Costa - Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945), Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

REIS, António - Portugal Contemporâneo, Vol. IV, Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

RODRIGUES, António Simões, coord. - História de Portugal em Datas, Lisboa: Circulo de Leitores, 1994.

SALAZAR, António de Oliveira - «Tentativa de Revolta», in Discursos e Notas Políticas, Volume II (1935-1937), Coimbra, 1937.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - D. Manuel II (1889-1932): O Rei e o Homem à luz da história, Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - História de Portugal, Vol. XI-XIV, Lisboa: Verbo, 1989.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la - A Relação Peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936), Lisboa: Edição Cosmos, 1998.

VÉRTICE: Revista Mensal n.º 2, Maio de 1988, IIª Série.

VILHENA, João Francisco - Faróis de Portugal, Lisboa: Gradiva, 1995.